

AGENDA LEGISLATIVA - 16 A 20/08/2021

PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

PLENÁRIO - SESSÃO REMOTA DE DEBATES TEMÁTICOS

16/08/2021 - SEGUNDA-FEIRA (15H)

Discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, que reforma o Sistema Tributário Nacional. Tema: A Reforma Tributária do Consumo sob a perspectiva técnica.

RESULTADO: Sessão de debates temáticos realizada.

PLENÁRIO - Sessão Deliberativa Ordinária

17/08/2021 - TERÇA-FEIRA (16H)

4. PROJETO DE LEI Nº 823, DE 2021

Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19 (Lei Assis Carvalho II).

Autoria: Deputado Federal Pedro Uczai

Relatoria: Senador Paulo Rocha.

Relatório: Pendente de parecer

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL À PROPOSTA

ARGUMENTAÇÃO: A pandemia envolvendo o novo coronavírus trouxe consequências inimagináveis e intensas a toda a população brasileira. Diversos setores da economia precisaram, e precisam, se adaptar devido ao isolamento social e, enquanto isso, muitos indivíduos tiveram que definir como seriam direcionadas as suas iniciativas de sobrevivência, dadas determinadas ocupações que

intrinsecamente dependiam da forma como a população estava anteriormente articulada.

RESULTADO: Apreciação adiada.

PLENÁRIO - Sessão Deliberativa Ordinária

18/08/2021 - QUARTA-FEIRA (16H)

3. PROJETO DE LEI Nº 1.869, DE 2021

Altera o Código Florestal e demais legislações correlatas, para definir o conceito de áreas urbanas consolidadas e dispor sobre as faixas marginais de qualquer curso d'água, bem como trata da consolidação das obras já finalizadas nessas áreas.

Autoria: Senador Jorginho Mello

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pendente de parecer

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL À PROPOSTA

ARGUMENTAÇÃO: a maioria dos municípios brasileiros nasceram e cresceram às margens de importantes rios, o que dificulta muito a operacionalização das novas margens sugeridas e requeridas pelo referido Código Florestal. Desta forma, se torna fundamental criar um regramento específico sobre faixas marginais nas áreas urbanas consolidadas, tão como, definirmos com mais clareza o conceito de áreas urbanas consolidadas. Impor grandes distâncias para margens de rios dentro desses locais dificulta muito o desenvolvimento das regiões assim como inviabiliza áreas que hoje já estão consolidadas e não acarretam problemas ambientais.

RESULTADO: Aprovado o Requerimento nº 1.903, de 2021, de realização de Sessão de Debates Temáticos. Retirado de pauta.

PLENÁRIO - SESSÃO REMOTA DE DEBATES TEMÁTICOS

20/08/2021 - SEXTA-FEIRA (11H)

Discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, que reforma o Sistema

Tributário Nacional. Tema: A Reforma Tributária do Consumo sob a perspectiva dos entes federativos.

RESULTADO: Sessão de debates temáticos realizada.

PLENÁRIO - SESSÃO REMOTA DE DEBATES TEMÁTICOS

20/08/2021 - SEXTA-FEIRA (14H)

Debater o PL 4199/2020, que Institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar).

RESULTADO: Sessão de debates temáticos realizada.

COMISSÕES DO SENADO FEDERAL - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

-

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

CICLO DE DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - 16/08/2021

SEGUNDA-FEIRA (18H) - Anexo II, Ala Alexandre Costa, Plenário nº 07

7ª Mesa do Ciclo de Debates Sobre o Desenvolvimento Regional, com o tema: “Energia e desenvolvimento regional: proposta de marco legal para a geração de energia própria”.

Participantes:

- Roberto Barbieri, Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee);
- Rodrigo Daniel Mendes Fornari, Diretor de Programas da Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia- MME;
- Guilherme Susteras, Coordenador do Grupo de Trabalho de Geração Distribuída da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - ABSOLAR;
- Hugo Lamin, Superintendente de Regulação dos Serviços de Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

ORIGEM: REQ 3/2021 - CDR, Senador Veneziano Vital do Rêgo

Posicionamento FPA: ACOMPANHAR

RESULTADO: Reunião realizada.

-

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA - 17/08/2021

TERÇA-FEIRA (09H) - Anexo II, Ala Nilo Coelho, Plenário nº 02

Debater e analisar o PLS 261, de 2018, que trata do Novo Marco Regulatório das Ferrovias, a segunda pista do aeroporto de Navegantes, e tratar do aporte de recursos do Governo Federal e Estadual para obras nas Rodovias Federais no Estado de Santa Catarina e da BR-156.

Participante: Tarcísio Gomes de Freitas Ministro de Estado da Infraestrutura

ORIGEM: REQ 12/2021 - CI - Senador Esperidião Amin

Posicionamento FPA: ACOMPANHAR

RESULTADO: Reunião realizada.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA - 18/08/2021

QUINTA-FEIRA (08H) - Anexo II, Ala Alexandre Costa, Plenário nº 13

Para debater a infraestrutura e a logística do agronegócio no Brasil. - 2ª Etapa Tema: Os novos modelos de concessão a serem implantados no Brasil e o impacto nos custos do transporte para a agropecuária brasileira e nos custos dos alimentos na mesa da população.

Participantes:

- **Tito Lívio Pereira Queiroz e Silva** - Diretor do Departamento de Política e Planejamento Integrado do Ministério da Infraestrutura;
- **Renan Brandão** - Superintendente de Concessão da Infraestrutura da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT/SUCON;
- **Valter Luís Souza** - Diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional do Transporte - CNT;
- **Dilvo Grolli** - Diretor Presidente da Cooperativa Agroindustrial de Cascavel - Coopavel;
- **Luiz Antonio Camargo Fayet** - Professor Doutor - Especialista em Logística e Infraestrutura;
- **Edson José de Vasconcelos** - Representante do Programa Oeste em Desenvolvimento - POD.

ORIGEM:

[REQ 1/2021 - CRA](#) - Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

[REQ 2/2021 - CRA](#) - Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

Posicionamento FPA: ACOMPANHAR

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES - CRE

AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA - 19/08/2021

QUINTA-FEIRA (10H) - Anexo II, Ala Alexandre Costa, Plenário nº 7

MERCOSUL: Tarifa Externa Comum e potencial de ampliação do bloco

Participantes:

- **Senhor Embaixador Celso Lafer** - Conselheiro Emérito do CEBRI;
- **Senhor Carlos Alberto Franco França** - Ministro de Estado das Relações Exteriores;
- **Senhor Embaixador Guillermo Valles Galmes** - Embaixador do Uruguai para o Brasil;
- **Senhor Paulo Guedes** - Ministro de Estado da Economia;
- **Senhor Fabrizio Sardelli Panzini** - Gerente de Políticas de Integração Internacional.

ORIGEM: [REQ 7/2021 - CRE](#) - Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

Posicionamento FPA: ACOMPANHAR

RESULTADO: Audiência Pública interativa realizada.

COMISSÕES DO SENADO FEDERAL - REUNIÕES DELIBERATIVAS

-

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - 16/08/2021

SEGUNDA-FEIRA (17H) - Anexo II, Ala Alexandre Costa, Plenário nº 07

2 - REQUERIMENTO DA CDR Nº 3, DE 2021

Requer a realização de Audiência Pública na CDR, para debater o Projeto de Lei nº 5.829, de 2019, que pretende criar um marco legal para a geração de energia própria no país.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB).

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL

RESULTADO: Aprovado.

-

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

DELIBERATIVA - 16/08/2021

SEGUNDA-FEIRA (16H) - Anexo II, Ala Alexandre Costa, Plenário nº 13

3 - PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N° 4, DE 2019 - (Não Terminativo)

Nos termos dos arts. 102-A, inciso I, e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com os incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, apresento a presente Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), destinada a apurar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), relação entre as recentes mudanças na condução das políticas climáticas e de prevenção e controle do desmatamento e o aumento das taxas de desmatamento na Amazônia. A análise deverá incluir a efetividade de programas, ações, projetos e estrutura de governança afetos a essas políticas, com ênfase no ano de 2019, e concluir sobre eventual responsabilidade por ação ou omissão da atual gestão do Ministério do Meio Ambiente.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela admissibilidade e aprovação da proposta

Posicionamento FPA: ACOMPANHAR

RESULTADO: Adiado.

-

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

DELIBERATIVA - 18/08/2021

QUARTA-FEIRA (10H) - Anexo II, Ala Alexandre Costa, Plenário nº 7

1 - PROJETO DE LEI Nº 6019, DE 2019 - (Não Terminativo)

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, Lei de Crimes Ambientais, para incluir causa de extinção de punibilidade para o crime de poluição.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela rejeição.

Posicionamento FPA: CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR

ARGUMENTAÇÃO: a matéria em análise possui grande importância do ponto de vista da recuperação de danos ambientais. A comunicação voluntária ao órgão ambiental competente, visando a reparar a área degradada, é prova da boa fé para correção de uma conduta (muitas vezes involuntárias). Essa possibilidade incentivaria a recuperação, evitando que ela se perpetue sob a preocupação da punição penal. Alguém que voluntariamente comunica um dano causado ao meio ambiente, com a intenção de recuperá-lo, claramente reconhece seu erro entendendo sua responsabilidade.

RESULTADO: Adiado.

2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2016 - (Terminativo)

Autoriza o controle populacional de espécies exóticas invasoras nocivas, estabelece condições para o consumo, a distribuição e a comercialização de produtos e subprodutos resultantes do abate desses animais e dá outras providências.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda 1-CCJ.

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR

ARGUMENTAÇÃO: O projeto aperfeiçoa a legislação vigente. Espécies exóticas invasoras são organismos que, introduzidos fora da sua área de distribuição natural, ameaçam a diversidade biológica e os serviços ecossistêmicos. A ausência de predadores naturais e a abundância de presas sem defesas naturais eficientes contra as espécies introduzidas frequentemente criam vantagens para espécies exóticas invasoras sobre espécies nativas. As espécies invasoras são consideradas a segunda maior causa de extinção de espécies no planeta, afetando diretamente a biodiversidade, a economia e a saúde humana. A emenda 1-CCJ, ao excluir o Art. 6º da proposta, cria incerteza jurídica, já que os métodos utilizados para o controle podem ser questionados, e, portanto, a rejeição da referida emenda restabelece os objetivos da proposta.

RESULTADO: Vista coletiva concedida.

3 - PROJETO DE LEI Nº 5174, DE 2019 - (Terminativo)

Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para exigir a realização prévia de estudos técnicos e consulta pública para a desafetação, redução dos limites e recategorização de unidade de conservação.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação.

Posicionamento FPA: CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR

ARGUMENTAÇÃO: A exigência de uma lei específica para a desafetação, redução dos limites e recategorização de unidade de conservação mostra que o processo para tais ações exige um amplo debate com a sociedade (comunidade científica, afetados e todos outros interessados). Não há melhor espaço para essa competência do que o próprio poder legislativo. No nosso entender, a Lei do SNUC já possui os instrumentos necessários para a avaliação das unidades de conservação. A pretendida alteração, além de criar entraves burocráticos para o processo existente, não traz melhorias para a avaliação e administração das unidades de conservação.

RESULTADO: Aprovado.

4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 32, DE 2021

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2021 - CMA, seja nele incluído, além das autoridades ali convidadas, os senhores Rudy Maia Ferraz, chefe da Assessoria Jurídica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA - e Fernando Cadore, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso - Aprosoja MT, a fim de contribuir com o engrandecimento do debate e esclarecer a matéria com uma análise mais detalhada dos pontos pertinentes ao setor agropecuário.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL

RESULTADO: Adiado.

5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 33, DE 2021

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2021 - CMA, seja nele incluído, além das autoridades ali convidadas, os senhores Rodrigo Justus de Brito, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, Leonardo Papp, representante da Organização das Cooperativas Brasileiras - Sistema OCB, Marco Antônio Caminha, consultor do Departamento de Agronegócio e Desenvolvimento Sustentável da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp - e Fabrício Rosa, diretor executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Soja - Aprosoja Brasil - a fim de contribuir com o engrandecimento do debate e esclarecer a matéria com uma análise mais detalhada dos pontos pertinentes ao setor agropecuário.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL

RESULTADO: Adiado.

6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 35, DE 2021

Requer aditamento ao REQ 28/2021 com a inclusão de convidado.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL

RESULTADO: Adiado.

-

7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 36, DE 2021

Requer aditamento ao REQ 29/2021-CMA com a inclusão de convidados.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL

RESULTADO: Adiado.

-

8 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 37, DE 2021

Requer aditamento ao REQ 30/2021-CMA com a inclusão de convidados.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL

RESULTADO: Adiado.

-

9 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 38, DE 2021

Requer aditamento ao REQ 31/2021-CMA com a inclusão de convidados.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL

RESULTADO: Adiado.

-

10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 39, DE 2021

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 6019/2019, que “altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, Lei de Crimes Ambientais, para incluir causa de extinção de punibilidade para o crime de poluição”, com os convidados que relaciona.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL

RESULTADO: Aprovado.

-

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

DELIBERATIVA - 17/08/2021

TERÇA-FEIRA (10H) - Anexo II, Ala Alexandre Costa, Plenário nº 19

2 - PROJETO DE LEI N° 2920, DE 2019 - (Terminativo)

Altera as Leis nos 7.797, de 10 de julho de 1989, e 12.305, de 2 de agosto de 2010, para repassar aos Municípios e ao Distrito Federal 20% (vinte por cento) dos recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO)

Relatoria: Senador Luiz do Carmo

Relatório: Pela aprovação nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo).

Posicionamento FPA: ACOMPANHAR

RESULTADO: Reunião cancelada.

-

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

DELIBERATIVA - 17/08/2021

TERÇA-FEIRA (11H) - Anexo II, Ala Alexandre Costa, Plenário nº 07

5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2018 - (Terminativo)

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta.

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR

RESULTADO: Adiado.

12 - REQUERIMENTO DA CAS Nº 09, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2021 - CAS, seja nele incluído, além das autoridades já convidadas, os senhores Ricardo Santin, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA, Antônio Jorge Camardelli, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes - ABIEC - e Paulo Sérgio Mustefaga, presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos - Abrafrigo, a fim de contribuir com o engrandecimento do debate e esclarecer a matéria com uma análise mais detalhada dos pontos pertinentes ao setor agropecuário.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL

RESULTADO: Adiado.

13 - REQUERIMENTO DA CAS Nº 12, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as alterações na legislação trabalhistas previstas no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 1.045, de 2021.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL

RESULTADO: Aprovado.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

DELIBERATIVA - 16/08/2021

SEGUNDA-FEIRA (14H) - Anexo II, Ala Nilo Coelho, Plenário nº 2

12 - PROJETO DE LEI Nº 3962, DE 2019 (Não-terminativo)

Altera a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Posicionamento FPA: CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR

ARGUMENTAÇÃO: Ao contrário do que argumenta a autora da proposição da presente proposta, o PL 7735/2014, passou por um longo debate no Congresso Nacional, onde foram ouvidos os seguimentos interessados no tema, inclusive em uma Comissão Especial. Os resultados desse amplo processo de debates garantiram a aprovação de uma lei equilibrada e eficaz. A Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, garante o direito das comunidades indígenas e tradicionais pelo conhecimento associados, trazendo os benefícios dos acessos a essas populações.

RESULTADO: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação da matéria.

23 - REQUERIMENTO Nº 11, DE 2021 (Não-terminativo)

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as alterações na legislação trabalhistas previstas no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 1.045, de 2021.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL

RESULTADO: Lido; adiada a votação.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CCT

DELIBERATIVA - 19/08/2021

QUINTA-FEIRA (10H) - Anexo II, Ala Nilo Coelho, Plenário nº 2

28 - PLS 349/2018

Altera regras de cobrança aplicáveis às Taxas de Fiscalização do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, à Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e à Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública sobre estações terminais utilizadas em aplicações de comunicação máquina a máquina e em sistemas de recepção por satélite.

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR

ARGUMENTAÇÃO: a proposta busca a redução a zero das contribuições que compõem o Fundo de Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações. Nesse sentido, ela altera as regras de cobrança das cargas tributária e regulatória incidentes sobre os dispositivos de comunicação máquina a máquina e propõe reduzir as taxas e contribuições sobre as estações terminais de pequeno porte para recepção via satélite - as VSAT, a fim de promover e disseminar as soluções em IOT (internet das coisas). **O objetivo da proposta é ISENTAR para reduzir o preço da conexão máquina a máquina, estimulando, assim, a sua adoção massiva pelo setor produtivo.** Sobre tais conexões recaem diversas TAXAS REGULATÓRIAS, tais como a TFI, TFF, CFRP e Condecine, que são recolhidas pelas operadoras de telecomunicações.

RESULTADO: Retirado de pauta para reexame, a pedido do Relator, Chico Rodrigues.